

A Avaliação Institucional na Universidade: o caso UFF

MARIA DE FÁTIMA DE PAULA*
MARCELA DAVINO DE AZEVEDO**

Recebido: 14/06/04

Aprovado: 04/07/04

* Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, Pesquisadora do CNPq e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES/UFF).

** Estudante de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFF e Bolsista de Iniciação Científica do NEPES.

Resumo: O artigo trata da trajetória da avaliação institucional na universidade, enfocando o caso da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para tal, nos baseamos no debate hoje existente sobre avaliação institucional para a educação superior. Pretendemos, neste trabalho, analisar a política de avaliação concretizada pela UFF diante dos processos avaliativos implementados pelo MEC nas últimas décadas. Nossa questão central é discutir se a UFF tem reproduzido a lógica instrumental do MEC e dos organismos internacionais que considera a educação superior como produto a ser vendido no mercado, reduzindo a avaliação à mera verificação quantitativa de resultados e servindo apenas como forma de controle e fiscalização ou se esta universidade tem buscado as suas próprias alternativas de avaliação institucional, construindo um processo permanente e contínuo de auto-avaliação, com a participação ativa dos sujeitos envolvidos no projeto de universidade. Em certa medida, a UFF tem procurado suas alternativas, no que se refere ao processo de auto-avaliação. Contudo, no tocante aos procedimentos externos de avaliação impostos pelo MEC, a UFF os têm reproduzido, ficando as resistências a cargo do movimento estudantil, em especial de alguns cursos mais politizados.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Universidade Federal Fluminense, Concepções de Avaliação, Avaliação Externa, Auto-Avaliação.

INSTITUTIONAL EVALUATION AT THE FLUMINENSE FEDERAL UNIVERSITY (UFF)

Abstract: The present article discusses the trajectory of the institutional evaluation with a focus on the Fluminense Federal University (UFF). In order to do that, we investigate the present debate about the institutional evaluation of higher education. The article analyses the evaluation policy carried out by UFF before the evaluative processes implemented by MEC in the last few decades. The main purpose is to discuss whether UFF has been reproducing the instrumental logic of the Brazilian Ministry of Education (MEC) and of the international organisms, which consider higher education as a product to be sold in the market, reducing the evaluation system to a simple quantitative verification of results only serving as a form of control and fiscalization or whether this university has been searching its own forms of alternative institutional evaluation, building a permanent and continuous process of self-evaluation, with the active participation of the subjects involved in the university project. In a certain way, UFF has been looking for alternatives concerned with processes of self-evaluation. Nevertheless, with regard to the external procedures imposed by MEC, the Fluminense Federal University has been reproducing them and the resistance has been made by the student movement, especially by a few politicized undergraduate programs.

Key words: Institutional Evaluation; Fluminense Federal University; Evaluation Concepts, External Evaluation; Self-evaluation.

I- Introdução

Neste artigo pretendemos discutir a trajetória da avaliação institucional na universidade, enfocando o caso da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para tal, nos basearemos no debate hoje existente sobre avaliação institucional para a educação superior. Este debate enfoca duas concepções distintas de avaliação: uma, implementada nos anos 90, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando era Ministro da Educação Paulo Renato Souza, calcada na idéia de uma avaliação externa, vinda do MEC, com papel fundamentalmente regulador e controlador, centrada nos resultados, produtos, medidos de forma quantitativa, conduzindo à perda da autonomia da universidade diante dos controles burocráticos do Estado.

A outra concepção de avaliação da educação superior parte de uma visão totalmente oposta: valoriza os processos mais que os produtos, a auto-avaliação das instituições de ensino superior e não apenas a avaliação externa vinda das “comissões de especialistas” nomeados pelo MEC; pretende ser não apenas reguladora e punitiva, mas sobretudo formativa e emancipatória, preservando a identidade e a autonomia das instituições; e calcando-se em vários instrumentos avaliativos utilizados de forma integrada, buscando uma visão global de avaliação. Esta proposta valoriza a democracia e a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo de construção do seu projeto de universidade.

Assim, existe um debate, uma disputa, hoje, no campo da avaliação da educação superior, entre dois modelos distintos: entre uma avaliação somativa, quantitativa, entendida como mecanismo de controle e fiscalização X uma avaliação formativa, participativa, voltada aos processos, às diversidades identitárias e à complexidade das instituições.

Na nossa perspectiva, a avaliação deve ir além da medição, deve colocar em questão o sentido da formação, da pesquisa e da extensão na universidade, priorizando a formação para a cidadania ativa, a pesquisa e a extensão que contemplem as necessidades sociais e não as demandas mercadológicas.

Concebemos a avaliação como meio de diagnosticar problemas, corrigir rumos, estabelecer metas, introduzir mudanças que signifiquem melhoria da qualidade das diversas atividades desenvolvidas na universidade; como processo contínuo de aperfeiçoamento institucional, constituindo, com isto, poderoso instrumento de prestação de contas à sociedade.

Nesse processo, devem ser consideradas as especificidades e diferenças institucionais em relação à vocação e às características das instituições de educação superior, assim como as particularidades das diversas áreas de conhecimento e de formação profissional, articulando-se as dimensões ética, política, técnica e científica. Nesse contexto, é imprescindível a preservação, em primeiro plano, da

qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, papéis centrais a serem desempenhados pela universidade.

A avaliação institucional deve iniciar-se no âmbito de cada IES por intermédio de auto-avaliação, sendo complementada por avaliação externa, que tenha como ponto de partida a avaliação produzida internamente, considerando aspectos quantitativos e qualitativos e, se possível, articulando graduação e pós-graduação.

Esse processo não deve focar apenas os cursos de graduação e de pós-graduação, englobando a instituição como um todo, a sua relevância social, local e nacional. Para isto, deve envolver todos os seus agentes, professores, alunos, funcionários, que de objetos devem transformar-se em sujeitos da avaliação.

Almejamos uma avaliação solidária, que vise o aperfeiçoamento e o crescimento coletivo das instituições de educação superior e não uma avaliação que estimule a competição e o ranqueamento entre pessoas, profissionais, cursos e instituições.

A avaliação deve ir além da medição, deve colocar em questão o sentido da formação, da pesquisa e da extensão na universidade, priorizando a formação para a cidadania ativa, a pesquisa e a extensão que contemplem as necessidades sociais e não as demandas mercadológicas.

II- A Trajetória da Avaliação Institucional na Universidade

Procedimentos avaliativos não são novidade para a educação superior brasileira, posto que desde 1976 o sistema de Pós- Graduação é avaliado pela Capes. Os resultados, expressos em notas, são divulgados pela imprensa e servem para a alocação de recursos e concessão de bolsas. O CNPq e as fundações de amparo à pesquisa dos estados (como a FAPERJ, a FAPESP, etc.) também avaliam.

Em 1983, o MEC instituiu o PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária), que vigorou até 1986. O PARU elaborou questionários que foram respondidos por estudantes, dirigentes universitários e docentes e realizou estudos específicos sobre o impacto da Lei nº 5.540 / 1968 sobre a universidade. Dedicou-se a discutir questões de gestão, financiamento, carreira, processos de tomada de decisão e as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Após os diagnósticos e amplos debates, um relatório foi levado ao Conselho Federal de Educação.

No ano de 1985, foi criada pelo presidente José Sarney a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, que apresentou suas conclusões no relatório “Uma Nova Política para a Educação Superior”. Neste documento, já

constam muitas sugestões colocadas em prática após 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. Será a partir deste relatório que o trinômio autonomia – avaliação – financiamento aparecerá como parte da nova política para a universidade brasileira. Quer dizer que a autonomia universitária dependerá da avaliação do desempenho da produtividade institucional, e desta dependerá o montante de recursos destinados à instituição. Nas palavras do documento: “*a concessão de autonomia financeira será condicionada a um maior comprometimento com padrões de qualidade e produtividade (...) A excelência, portanto, deve ser um pré-requisito para a autonomia*” (1985, pp. 61-62).

No ano seguinte, 1986, o MEC, na figura do ministro da Educação Marco Maciel, em decorrência do relatório citado, resolve criar o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES.

O Grupo enfatiza a necessidade de avaliação das Instituições de Educação Superior, dos seus cursos de pós-graduação, a cargo da Capes, dos cursos de graduação e do desempenho do corpo docente, como condição essencial para a alocação de recursos e estabelecimento da “autonomia” universitária. É a primeira vez que aparece a ênfase da avaliação nos cursos de graduação. Aí está o embrião das políticas avaliativas da década de 90, incluindo o Exame Nacional de Cursos (Provão), instituído em 1995 para avaliar a *performance* dos cursos de graduação e a GED (gratificação de estímulo à docência), instituída em 1998, relativa ao desempenho do corpo docente. O relatório de 1986 ainda admite claramente a avaliação como elemento regulador do sistema, visando resultados. Na verdade, este modelo de avaliação faz a ligação entre desempenho institucional e investimento oficial.

O documento citado (1986) faz também a diferenciação entre a chamada “universidade do conhecimento”, baseada em paradigmas de desempenho acadêmico e científico, e a “universidade alinhada”, cujas atividades seriam meios para atingir objetivos políticos e cujos paradigmas são ditados não pelo seu desempenho acadêmico e científico, mas pelo grau de compromisso político e ideológico dos agentes com as classes populares. Nesse sentido, produz uma hierarquia e uma segmentação do campo universitário.

No momento em que este relatório é apresentado à comunidade universitária, as entidades educacionais já têm amadurecidas propostas mais afinadas com seus ideais de educação. Podemos dizer que a concepção do Movimento Docente sobre avaliação enfatiza a qualidade do trabalho universitário, visando o estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão, que deve ser cultural e cientificamente significativo e socialmente comprometido com a maioria da população. Para o Movimento Docente, a Universidade deve ser um espaço privilegiado do pensamento, do debate e da crítica, buscando a elevação cultural e científica, mediante uma produção que seja realizada coletiva e

publicamente, para o que é necessário assegurar recursos humanos, materiais e financeiros. Dessa forma, as propostas de avaliação surgidas no âmbito do Movimento Docente procuram resgatar a universidade pública e o espaço público do saber, entendendo-a como um dos instrumentos de construção da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Assim, também em 1986, a ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) apresenta a “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”, contida nos Cadernos ANDES nº 2. A avaliação aparece nesta proposta como instrumento de aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão, sem caráter punitivo e competitivo, levando ao *ranqueamento* das instituições, dos cursos e dos profissionais.

Em janeiro de 1993, o Ministério recebe uma proposta do Fórum de Pró-Reitores sobre a criação do Programa de Apoio à Avaliação do Ensino de Graduação das Universidades. Seis meses depois, é instituída a Comissão Nacional de Avaliação, sob a coordenação do professor Hélgio Trindade. A Comissão elabora a proposta de avaliação institucional, resultando no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.

É importante ressaltar a interferência da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) na elaboração do Programa. Segundo o prof. Hélgio Trindade, o documento preparado pela Comissão de Avaliação da ANDIFES foi adotado como referência pelo conjunto das universidades brasileiras ao ser aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação estabelecida pela SESu/ MEC e enriquecido com as sugestões enviadas pelas universidades. *“Desse esforço conjugado em nível nacional, sob a inspiração do documento básico da ANDIFES, institucionalizou-se o PAIUB, estabelecendo as bases de um processo construtivo de avaliação”* (Trindade, 1995).

Sustentado no princípio da adesão voluntária das universidades, o PAIUB concebia a auto-avaliação como etapa inicial de um processo que, uma vez desencadeado, estendia-se a toda a instituição e se completava com a avaliação externa (SINAES, 2003, p.17).

Os seus pressupostos norteadores eram os seguintes: avaliação com caráter pedagógico, se constituindo num elemento para o desenvolvimento institucional e aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; importância da prestação de contas à sociedade, fazendo o contraponto entre o pretendido e o realizado; avaliação com valor e significado internos à instituição, servindo à sua auto-crítica. O PAIUB partia do princípio de que a avaliação deve ser capaz de identificar os pontos fortes e fracos, não para punir ou premiar, e sim para corrigir rumos e ressaltar as virtudes, sempre em busca de uma universidade melhor. Nesse sentido, podemos dizer que, ao menos em seus pressupostos, o PAIUB se aproximava dos anseios da comunidade acadêmica.

Como princípios básicos do PAIUB, podemos citar a preocupação com a globalidade, abrangendo ensino, pesquisa e extensão; a comparabilidade entre as instituições, buscando estabelecer uma linguagem comum, diferente da padronização homogeneizadora; o respeito à identidade institucional, valorizando as suas especificidades e particularidades; a continuidade do processo de avaliação.

71 universidades submeteram projetos de avaliação à SESu para participarem do PAIUB, dentre as quais a UFF. O Programa recebeu amplo apoio da SESu/MEC desde sua instalação em meados de 1993 até dezembro de 1994. Em 1995 e 1996, mesmo sem apoio do MEC, este Programa conseguiu desenvolver-se nas universidades, em variáveis graus de realização. No entanto, em função dos outros procedimentos avaliativos adotados pelo MEC, a partir do final de 1996, houve um considerável declínio da sua aplicação nas universidades (Dias Sobrinho, 2002).

Embora a experiência do PAIUB tenha sido curta, conseguiu dar legitimidade à cultura da avaliação e promover mudanças na dinâmica universitária.

É importante destacar que na última década, com a crise fiscal do Estado em várias partes do mundo e o avanço do modelo neoliberal, começou a se dar um novo tipo de relação universidade-governo. O Estado vai retirando-se progressivamente do financiamento da mesma, não apenas na América Latina, como em muitos países europeus, adotando políticas de ajuste neoliberal. Nesse sentido, a educação superior passa a ser concebida como serviço não exclusivo do Estado a ser vendido e comprado no mercado, deixando de ser vista como direito do cidadão e dever do Estado. Esta concepção, ditada sobretudo pelos organismos internacionais, tais como OMC, Banco Mundial, FMI, dentre outros, tem exercido forte influência sobre o caso brasileiro, sendo a educação superior colocada numa relação estreita de custo/benefício, segundo uma ótica instrumental reducionista (CHAUI, 2003 e Lima, 2003). É nesse contexto que a privatização da educação superior ganha destaque no Brasil, quando comparamos o nosso caso com países do primeiro e do terceiro mundos. Esse processo de privatização tem uma dupla face: de um lado, assistimos a proliferação das instituições privadas, responsáveis por 88% da oferta de educação superior no país e 70% das matrículas oferecidas nesse nível de ensino (Censo da Educação Superior, 2003) e, por outro lado, a estagnação e o desmonte das universidades públicas pelo Estado, favorecendo um processo crescente de privatização destas instituições, pela via do ensino, da pesquisa e da extensão.¹

Ao lado do estímulo à proliferação das instituições de ensino superior privadas pelo governo FHC, facilitando a criação e o credenciamento de novas facul-

1 A participação do setor privado nos cursos de graduação no Brasil, considerando o índice de alunos matriculados, é uma das maiores do mundo. Os indicadores de outros países da América Latina mostram situação inversa, como é o caso da Argentina, onde 85,2% dos estudantes estão em instituições públicas e do Uruguai, com mais de 88% dos alunos na rede pública de ensino superior. Nos países do primeiro mundo, tais como Estados Unidos,

dades, centros universitários, etc., assim como a criação e o reconhecimento de novos cursos superiores no interior dos mesmos,² houve o desenvolvimento de instrumentos de avaliação para esse nível de ensino como jamais presenciamos na história da educação superior no Brasil.

A década de 90 pode ser vista como a década da avaliação, sendo o sistema de avaliação concebido como central para as políticas de educação superior, na atualidade. Foi no duplo governo de FHC, sendo Paulo Renato Souza o Ministro da Educação, que a reforma modernizadora da educação superior ganhou grande força e as idéias neoliberais se materializaram em políticas e num quadro legal-burocrático coerente com as novas configurações. Podemos perceber uma contradição entre a tentativa de instituir uma cultura de avaliação e a grande proliferação do sistema de ensino superior privado, com a criação de inúmeros cursos, muitos deles sem padrões mínimos de qualidade de ensino, o que demonstra as incoerências da política de avaliação adotada nesse período (Paula, 2003).

Apesar de já existir o PAIUB como modelo de avaliação, a partir da Lei n. 9.131 / 1995 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394 / 1996), foram progressivamente implementados novos mecanismos de avaliação: o exame nacional de cursos (ENC), o questionário sobre as condições socioeconômicas do aluno e suas opiniões sobre o curso freqüentado, a análise das condições de ensino (ACE), a avaliação das condições de oferta (ACO) e a avaliação institucional dos centros universitários (SINAES, 1993, p. 18). De todos estes instrumentos de avaliação, o que alcançou maior projeção e visibilidade, inclusive na mídia, foi o Exame Nacional de Cursos.

O Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, tratava-se de uma prova de conteúdo realizada, obrigatoriamente, pelos estudantes concluintes dos cursos de graduação.³ O discurso oficial o veiculava como uma ação pela melhoria

França, Itália e Canadá, as instituições públicas de educação superior são responsáveis, respectivamente, por 68,7%, 89,4%, 93,8% e 100% das matrículas nos cursos de graduação (Informativo INEP, ano 1, n. 20, 23 dez. 2003). Vide, também, Informativo INEP de 17 out. 2003 sobre Censo da Educação Superior, assim como reportagens dos Jornais O Globo e Jornal do Brasil, de 18 de outubro de 2003, sobre o Censo da Educação Superior, intituladas, respectivamente: MEC: 88% das universidades são particulares e Cursos pagos dominam ensino superior.

2 Vide reportagem do Jornal O Globo, de 7 de dezembro de 2003, intitulada Número de cursos universitários cresce 350%. Cabe ressaltar que são as instituições privadas as que mais criam novos cursos, em áreas as mais variadas, que antes não tinham *status* universitário, tais como cosmetologia, desenho de moda, comércio eletrônico e negócios imobiliários.

3 O ENC, propriamente dito, possuía dois instrumentos de avaliação: a prova de conteúdo e um conjunto de questionários: o questionário-pesquisa e o questionário sobre impressão das provas, ambos aplicados aos estudantes. O questionário-pesquisa era encaminhado aos graduandos inscritos pelas IES, antes da realização do Exame, para colher informações socioculturais do grupo de graduandos, bem como para caracterizar os cursos quanto a recursos e instalações disponíveis, estrutura curricular e desempenho docente, do ponto de vista dos alunos. O questionário de impressões sobre a prova era apresentado aos estudantes que participavam do Exame, durante a realização da prova. Visava conhecer a opinião dos participantes a respeito do instrumento aplicado, buscando colher informações sobre o aperfeiçoamento das provas (SINAES, 2003, pp. 58-59).

da qualidade do ensino superior, mas podemos perceber em sua concepção e realização que este objetivo foi sobrepujado pela concorrência e classificação das instituições, para, a partir do **ranking** produzido, proceder à distribuição de verbas federais, atendendo à lógica de mercantilização da educação adotada mais fortemente na década de 90. Este modelo avaliativo fere a autonomia da instituição, que avalia seus alunos ao longo de todo o percurso de formação, deslegitimando seu processo interno.

**A UFF
participou da
construção do
PAIUB, tendo
aderido
oficialmente ao
Programa em
1994.**

Dentre as inúmeras críticas realizadas sobre o Provão, destacam-se: 1) baseava-se em indicadores isolados de desempenho, igualando a qualidade do curso aos resultados obtidos pelos alunos na prova; 2) produzia **ranqueamento** para distribuição de verbas, revelando seu objetivo punitivo, anti-pedagógico, não

apontando para a melhoria; 3) o sistema de distribuição de conceitos mascarava os problemas do instrumento, pois sempre havia cursos A, B, C, D e E, o que não trazia significados, não apontava as reais deficiências, não levantava a discussão sobre o que necessitava ser modificado; 4) não considerava o processo de construção do conhecimento, concentrando-se no produto final; 5) reduzia a avaliação da Educação Superior ao Ensino Superior, ignorando Pesquisa e Extensão; 6) desconsiderava o caráter regional dos conhecimentos; 7) a obrigatoriedade do comparecimento ao local de prova refletia seu autoritarismo; 8) não serviu sequer como instrumento de regulação, posto que o MEC não fechou nenhum curso com 3 conceitos “E” consecutivos; 9) os conceitos divulgados pouco influenciaram a procura dos estudantes pelos cursos, o que significa que os resultados não traduziam necessariamente a qualidade; 10) a desconsideração do perfil acadêmico do alunado que ingressa nas IES, tornando inviável avaliar o que a instituição e/ou curso acrescentaram à sua formação; 11) o alto custo de sua aplicação, tendo em vista o número crescente de instituições, cursos e áreas a serem avaliados; 12) a pobreza do instrumento de avaliação face à riqueza da experiência da formação.

Aqui podemos trazer como exemplo o caso do nosso Curso de Pedagogia – Niterói, UFF. Temos um curso reconhecido nacionalmente como de excelência, nossos egressos são aprovados nos concursos da área, além de atrair estudantes de todo o Estado do Rio de Janeiro e regiões vizinhas. No entanto, tivemos como resultados conceitos B, E e E, respectivamente em 2001, 2002 e 2003. Tivemos esses conceitos por obra do boicote dos estudantes ao instrumento (entrega da prova em branco). Em 2001, aconteceu uma divisão de posicionamentos, por isso o B, o boicote foi parcial. Nos anos seguintes, a movimentação foi mais unificada em relação ao boicote, que funcionou como forma de resistência do movimento estudantil ao autoritarismo do instrumento de avaliação.

O ENC foi extinto pela medida provisória n.º 147, de 15 de dezembro de 2003, assinada pelo Presidente Lula e pelo ex-Ministro da Educação Cristovam Buarque, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior. O novo sistema de avaliação será apoiado em quatro pilares: o processo de ensino, o processo de aprendizagem, a capacidade institucional e a responsabilidade do curso com a sociedade. Para estes itens serão construídos indicadores parciais, que combinados, comporão um Índice do Desenvolvimento do Ensino Superior – IDES. No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, o ENC será substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que será realizado em dois momentos do curso, no primeiro e no último ano, por amostragem, não abrangendo todos os estudantes, a cada três anos, como forma de contenção de gastos.

A UFF deve priorizar ações capazes de potencializar o seu desenvolvimento na direção do que pretende, alicerçada tanto nas características da instituição quanto no diagnóstico de suas capacidades, de suas deficiências estruturais e conjunturais, nos valores que a norteiam e naquilo que deseja.

Uma outra medida de avaliação posta em prática nos anos 90 foi a Lei n.º 9.678, de 03/07/1998, específica para as instituições federais de ensino superior. Através desta lei, o governo criou a Gratificação de Estímulo à Docência – GED, associando resultados individuais de avaliação dos docentes com uma gratificação financeira não-incorporada ao salário. Com isto, introduziu uma “nova” política salarial da qual espera maior “produtividade” dos docentes, responsabilizando-os, individualmente, por possíveis resultados negativos. A “produtividade” dos professores é avaliada segundo critérios fundamentalmente quantitativos, que não avaliam a qualidade do trabalho realizado. Somos submetidos e induzidos a contabilizar nossas horas-aula na graduação e na pós-graduação, o número de artigos e capítulos de livros publicados a cada ano, o número de monografias, dissertações e teses concluídas anualmente por nossos orientandos, o número de atividades de extensão que realizamos, sendo os produtos reificados em detrimento dos processos e da própria qualidade do trabalho executado (Paula, 2003, p. 63).

Este é o modelo de avaliação vislumbrado pela ótica positivista e tecnicista, que pensa a universidade como uma instituição a serviço do mercado, tendo como função principal a formação entendida como capital humano. Segundo a nova ordem econômica mundial, espera-se que as instituições educativas abandonem sua missão pública, sendo tratadas como empresas do mundo econômico, enquanto os estudantes ali encontrados adquirem o status de clientes. Significa a expan-

são da razão instrumental por fora e por dentro da universidade, com a inserção das universidades, inclusive as públicas, na lógica racionalizadora do capital (Paula, 2002).

III- O caso UFF

Histórico de sua formação

A UFF foi criada pela Lei nº 3.848, de 18/ 12/ 60, com o nome Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Constituiu-se da incorporação de 5 faculdades federais já existentes em Niterói, 3 escolas estaduais e 2 faculdades particulares, tendo seu nome atual homologado pela Lei nº 4.831, de 05/ 11/ 65 (PDI, 2003, p.11).

De início, a vida institucional da recém-criada Universidade foi conturbada por uma acirrada luta pelo poder, a começar pela heterogeneidade de sua formação (unidades incorporadas e agregadas) e pela indefinição estatutária. Com a instauração do governo militar no país, a UFF se acomodou estruturalmente ao modelo imposto pela Lei nº 5.540/ 68.

Concentrou-se especialmente no ensino, de acordo com a necessidade e cobrança das universidades formarem recursos humanos para o desenvolvimento do país.

Através do Plano de Reestruturação (Decreto nº 62.414, de 15/ 03/ 68), seu Estatuto foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação. A reestruturação de que falava o Plano, inspirado nos acordos MEC–USAID, avançava consideravelmente em relação ao conglomerado de escolas federalizadas que caracterizava a UFF. Porém, em fins da década de 70, a implantação dessa reforma acabou dotando a UFF de uma estrutura altamente complexa, com a superposição dos Centros e Unidades Universitárias. Desde então, a UFF convive com a fragmentação física, estando dispersa pela cidade de Niterói, o que traz algumas dificuldades internas, mas, por outro lado, gera maior integração com a cidade (PDI, 2003, pp. 11-12).

A UFF hoje

Dados de dezembro de 2002: 2.267 docentes no quadro permanente (44% doutores e 33,3% mestres); corpo técnico-administrativo: 4.187 servidores (1.263 de nível superior, 2.556 de nível médio e 368 de apoio); corpo discente: 21.487 alunos de graduação, 2.590 alunos de pós-graduação *stricto sensu*, 4.133 alunos de pós-graduação *lato sensu* (dezembro 2001), 78 alunos de residência médica, 746 alunos matriculados no ensino técnico (colégios agrícolas) (PDI, 2003, p. 11).

A pós-graduação *stricto e lato sensu* cresce de modo significativo, tanto em números quanto em reconhecimento acadêmico. No conjunto de indicadores adotados pelo CNPq, FINEP e MEC, a UFF vem ganhando posições destacadas no conjunto das universidades.

A qualidade do seu ensino, a pesquisa, que se dissemina pelos departamentos, a extensão, que está presente de modo marcante nas atividades da instituição e o crescente processo de interiorização da UFF têm sido responsáveis pela sua relevância social, cada vez maior, no cenário do Estado do Rio de Janeiro.

III.1- A avaliação na UFF

Investigamos como a Universidade Federal Fluminense tem se posicionado diante do quadro das políticas nacionais. Na década de 80, a UFF participou do Projeto Galileu, apoiado pela SESu, que visava desenvolver a elaboração de indicadores gerenciais nas IES, e do acordo MEC/BID, estipulando que as 11 universidades contempladas conduzissem um projeto de avaliação articulado em 4 fases: avaliação de contexto, avaliação contínua, global e de impacto. Cada universidade deveria criar um núcleo de avaliação, vinculado às Pró-Reitorias de Planejamento. Neste mesmo período, foram produzidos uma série de anuários estatísticos com o objetivo de reunir dados quantitativos sobre aspectos do desenvolvimento institucional. Outros estudos se somaram a esta iniciativa, porém deles não resultaram ações concretas de redimensionamento da instituição (Palharini *et al.*, 2003, pp. 94-95).

Nos anos de 1992 e 1993, a UFF, por meio de representantes indicados pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC), participou da construção do PAIUB, tendo aderido oficialmente ao Programa em 1994, lembrando que alguns dos cursos desta universidade iniciaram um processo de auto-avaliação mesmo antes do PAIUB ter sido instituído (Física, Economia, Matemática e Administração).

Em maio de 1996, foi criada a Comissão de Avaliação Institucional da UFF, subordinada à PROAC, iniciando-se uma série de ações mais consistentes no campo da avaliação. Em 1997, atendendo às exigências do Edital 02/96 do PAIUB/ MEC/ SESu para financiamento das atividades de avaliação institucional, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF reorganizou a Comissão, de modo a imprimir-lhe um caráter institucional. Assim, foi constituída a CPAIUFF – Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF, com representação indicada por todos os Centros Universitários e Pró-Reitorias. Ainda assim, a comissão continuou subordinada à PROAC, com suas ações mais orientadas para o ensino de graduação (Palharini *et al.*, 2003, p. 96).

Dentre os trabalhos realizados, merecem destaque o Projeto de Avaliação da UFF, de maio de 1996, para uma primeira apresentação ao PAIUB; o Anteprojeto de Avaliação Institucional, de 1999, no sentido de aprofundar as atividades avaliativas no âmbito da UFF; e o PAIUUFF 2000 – Trajetória da Qualidade, documento que segue as orientações do PAIUB, incorporando o respeito à identidade institucional, através da adoção do Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional como referências fundamentais do processo avaliativo.

O *Projeto de Avaliação da UFF* enfatiza a avaliação dos cursos de graduação, atendendo assim à sugestão do Mec/ SESu de priorizar este nível de ensino, num primeiro momento. A amplitude das atividades desenvolvidas e a natureza peculiar da área física da UFF, distribuída em quatro *campi* e em demais unidades externas, são apontadas como justificativas para esta ênfase na avaliação dos cursos de graduação, considerando ainda que tal nível envolve grande parte das atividades universitárias, mantendo um relacionamento de interdependência com todo o restante.

Segundo o Projeto, a avaliação dos cursos de graduação partiria da coleta de dados, transformados em informações geradoras de conhecimento para a realização de uma síntese. Dentro do período de realização proposto, de junho de 1996 a dezembro de 1997, seriam aliadas etapas de avaliação interna e externa e a conclusão do processo se daria após a análise do relatório final apresentado, prosseguindo ao estudo das mudanças institucionais consideradas necessárias. Na verdade, este seria um movimento cíclico, a ser realimentado, posto que o Projeto de Avaliação da UFF propõe a continuidade de todo o processo.

“A avaliação dos cursos, além de produzir resultados visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação, está fundamentando a construção do Projeto Institucional da UFF em sua totalidade. A avaliação institucional é uma opção política vinculada a um projeto acadêmico-institucional que lhes permitirá um auto-conhecimento, a correção de rumos, a concretização do discurso na prática e, sobretudo, uma interação efetiva com a comunidade, que criou e mantém tais instituições, prestando-lhe contas de seu desempenho” (1996, p.3).

O *Anteprojeto de Avaliação Institucional da UFF*, assinado pelo professor Francisco de Assis Palharini (então presidente da CPAIUUFF) coloca como necessidade, em função da sua *juventude*, avaliar a UFF para reconhecê-la. Propõe promover a realização de um diagnóstico amplo que produziria, por sua vez, subsídios para a formulação de um projeto de transformação da sua realidade, tomando como ponto de partida o que se faz, o que se pretende ser e os recursos disponíveis para tais realizações. Um processo capaz de identificar os impedi-

mentos locais e institucionais às atividades acadêmicas, visando a maximização do potencial da instituição, de modo a oferecer sempre uma educação de qualidade. Sugere como objetivo da avaliação a melhoria institucional.

“O papel da avaliação, assim concebida, ultrapassaria uma posição supostamente científica e meramente voltada para a coleta de informação de modo a envolver aspectos humanos, políticos, socioculturais e contextuais. Trata-se de adotar uma abordagem voltada para os participantes” (1999, p.5).

O documento apresentado em 2000 pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional da Universidade Federal Fluminense à comunidade universitária, o *PAIUFF 2000 – Trajetória da Qualidade*, apresenta como justificativa para desencadear um processo avaliativo nesta universidade “o compromisso com o oferecimento de uma educação de qualidade”. Nesse sentido, faz-se necessário indagar sobre os caminhos percorridos ao longo do tempo, para que se possa apurar se os rumos traçados correspondem ao esperado, se o compromisso em questão está sendo cumprido.

O documento acrescenta que, em razão dos outros instrumentos avaliativos encaminhados nos últimos anos, de caráter limitado pela lógica que os orienta e pelos projetos pedagógicos que trazem embutidos, como o Exame Nacional de Cursos e a avaliação conduzida pelas comissões de especialistas, que verificam as condições de oferta, caberia à comunidade universitária apresentar uma outra proposta de avaliação.

“Com o PAIUFF, temos a oportunidade de tomar em nossas mãos, nas mãos da comunidade universitária, o processo de avaliação, retirando-a da esfera administrativa e sua respectiva lógica da racionalidade econômica. Com ele temos a oportunidade de avançar na conquista da autonomia e no compromisso social. Se não tocarmos esta proposta adiante, se não construirmos nossas alternativas, então talvez seja o caso de deixar o MEC conduzir a seu critério o processo de avaliação” (Palharini, 2000, p. 3).

Cabe destacar que o desenvolvimento do PAIUFF 2000 coincidiu com o início da participação de um dos membros da CPAIUFF no Comitê Assessor do PAIUB, no qual, na época, discutiam-se propostas de reformulação do Programa. Isto fez com que um conjunto de referências para a avaliação institucional na UFF fosse incorporado pelo PAIUB, estando presente no relatório *PAIUB 2000 – Avaliar para melhorar* (Palharini *et al.*, 2003, p. 99).

Percebemos, através da análise destes documentos da UFF e do discurso da CPAIUFF, uma ênfase na importância do processo de auto-avaliação, a ser desenvolvido e construído através do envolvimento de toda a comunidade universitária.

III.2- A avaliação externa dos cursos de graduação na UFF

No que diz respeito à avaliação externa dos cursos de graduação, temos tais resultados:

Curso	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Administração (Niterói)	A	A	A	B	B	A	A	A
Direito	B	B	C	B	A	A	A	A
Engenharia Civil	A	A	B	A	A	A	A	A
Engenharia Química		A	B	C	B	B	B	B
Medicina Veterinária		C	C	C	E	B	B	A
Odontologia		C	C	C	C	B	C	C
Administração (Itaperuna)			A	A	C	C	C	A
Administração (Macaé)			A	A	C	C	C	B
Engenharia Elétrica			C	C	C	C	C	C
Jornalismo			E	C	E	E	E	E
Letras			A	A	A	A	A	B
Matemática (Niterói)			A	A	A	A	A	A
Matemática (Pádua)			E	C	C	C	C	C
Economia				A	A	A	A	B
Engenharia Mecânica				B	B	A	B	B
Medicina				C	B	A	A	A
Física					B	E	A	B
Psicologia					C	B	E	E
Química					A	A	A	A
Pedagogia (Angra dos Reis)						A	C	A
Farmácia						B	C	B
Pedagogia (Niterói)						B	E	E
Arquitetura e Urbanismo							E	E
Ciências Contábeis (Niterói)							B	B
Ciências Contábeis (Macaé)							C	C
Ciências Contábeis(Miracema)							C	E
Enfermagem							B	B
História							E	E
Ciências Biológicas								A
Geografia								E

Fontes: <http://www.uff.br/catalogo/gra/enc.htm> (Catálogo UFF, 2002)
<http://www.inep.org.br> (INEP, 2003)

É importante chamar atenção para os conceitos E obtidos em 2002 e 2003. Segundo a nossa perspectiva de análise, o aumento dos conceitos E nos últimos anos não significa, no caso da UFF, incompetência ou falta de qualidade dos cursos, mas um forte processo de resistência dos estudantes de determinados cursos ao autoritarismo do instrumento de avaliação. Não representa uma queda na qualidade do ensino oferecido, redundando numa formação deficiente dos alunos, como poderia parecer à opinião pública. Pelo contrário, demonstra a postura crítica de tais estudantes, impulsionada com força pelo movimento estudantil.

A UFF na Avaliação das Condições de Oferta

De 1998 a 2000, Comissões de Especialistas do MEC visitaram a UFF com o intuito de avaliar as condições de oferta apresentadas pelos seus cursos. Às Comissões cabia avaliar o Corpo Docente, a Organização Didático-Pedagógica e as Instalações de cada unidade visitada, traduzindo suas conclusões na forma de conceitos assim estabelecidos: CMB (condições muito boas), CB (condições boas), CR (condições regulares) e CI (condições insuficientes).

Durante este período, 13 áreas do conhecimento (27 cursos, incluindo as habilitações) foram avaliadas quanto às tais condições mencionadas. Em 1998, os cursos de Administração (Niterói), Direito, Odontologia, Medicina Veterinária, Engenharia Química e Civil receberam as visitas dos especialistas, seguidos em 1999 por Jornalismo, Engenharias Mecânica e Elétrica, Economia, Medicina e Matemática, Bacharelado e Licenciatura (considerando que os critérios de avaliação das duas habilitações são diferentes, o mesmo não ocorrendo com o conceito único da avaliação do Provão). Na primeira metade de 2000, além das diferentes habilitações do curso de Letras (Português/Inglês; Italiano; Francês; Espanhol; Alemão; Latim; Grego e Literaturas), foi avaliada a Licenciatura em Matemática na unidade do interior (Pádua). O segundo semestre do mesmo ano focalizou mais dois cursos com formação dividida em Bacharelado e Licenciatura: Física e Química, além da Psicologia. Este foi o último ano em que se realizou a Análise das Condições de Oferta na UFF. A totalidade dos cursos oferecidos pela universidade não chegou a ser contemplada (www.proac.uff.br/cond_oferta.htm, 08/12/2003).

Analisando os conceitos obtidos, notamos que não há uma relação de equivalência total entre a Avaliação das Condições de Oferta e a pretensa avaliação do Exame Nacional de Cursos/ Provão. Como exemplos a destacar, temos o Curso de Administração-Niterói, que apesar de possuir organização didático-pedagógica e instalações em condições regulares, segundo as Comissões de Especialistas do MEC, obteve conceito A no Provão. Há outros casos, como os Cursos de Direito e Engenharia Elétrica, que apresentaram Condições Boas e Muito Boas em suas Condições de Oferta e, no entanto, receberam C no conceito do Provão.

Podemos dizer que esta falta de correspondência entre as avaliações do MEC deva-se, em parte, à lógica matemática de distribuição dos conceitos do Exame Nacional de Cursos. Nas suas primeiras edições, havia uma distribuição estatística dos conceitos, fixando 12% de cursos com A, 18% com B, 40% com C, 18% com D e 12% E. Em função da crítica maciça da comunidade acadêmica a este critério, a partir de 2001 o procedimento de conversão dos valores absolutos do Exame em conceitos passou a basear-se na média geral e no desvio-padrão de cada área avaliada. De acordo com tal método, pode acontecer de cursos com notas absolutas ruins chegarem ao conceito A, caso a média geral seja baixa, e cursos com boas notas podem aparecer mal conceituados, se a média geral dos demais for muito alta. Outra razão para a não-equivalência, em determinados cursos, entre os resultados do Exame Nacional de Cursos e a Avaliação das Condições de Oferta, pode ser atribuída parcialmente à ausência de padronização de critérios de avaliação, que variam segundo a competência e os valores de cada Comissão de Especialistas. Além do fato da *performance* dos alunos no Provão não corresponder, necessariamente, à qualificação do corpo docente, à organização didático-pedagógica da instituição e a sua infra-estrutura de instalações, sobretudo nos casos de boicote à prova.

Contudo, com este sistema de distribuição de conceitos, que funciona muito mais para mascarar do que para esclarecer a realidade, não faz muito sentido buscar uma equivalência entre a Avaliação das Condições de Oferta e os resultados do Provão.

III.3- O processo de auto-avaliação na UFF

Quanto ao processo interno à instituição, podemos dizer que a auto-avaliação esteja ainda em curso. Em 1996/97, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação Institucional da Universidade Federal Fluminense (CPAIUFF), como dito anteriormente, para conduzir o processo dentro da instituição. Foram desenvolvidos trabalhos visando sistematizar e estabelecer uma base de dados confiável para o processo avaliativo. Também foram empreendidos esforços na tentativa de esclarecer e sensibilizar a comunidade para a importância da avaliação.

Como resultados concretos, foram desenvolvidos relatórios sobre o desempenho institucional da UFF, além de estudos de caráter mais específico, como: causas da evasão, opinião dos alunos diplomados sobre o curso e a universidade, perfil socioeconômico e cultural dos candidatos ao vestibular e ingressantes no período 1998-2001, para todos os 49 cursos de graduação, visando à reformulação dos currículos, de modo a atender as características do alunado (Palharini *et al.*, 2003).

Destacamos ainda a realização da avaliação discente sobre o desempenho docente, organizada no documento *Resultados da Avaliação de Disciplinas na UFF em 2001: Relatório Geral de Cursos*. O estudo busca compreender como o ensino ministrado é percebido pelo conjunto dos alunos.

A avaliação de disciplinas estava de acordo com o previsto no *PAIUUFF 2000 – Trajetória da Qualidade*, conforme orientações do PAIUB, que recomendava a ênfase no ensino de graduação. As dimensões pedagógicas avaliadas foram denominadas: obrigações formais, competências formais, aspectos estruturais, atitudes pedagógicas dos docentes e aspectos metodológicos, sobre as quais corresponderiam as questões a serem respondidas pelos alunos. Os relatórios por disciplina foram entregues aos Coordenadores de Curso e Chefes de Departamento, a fim de possibilitar as análises específicas de cada disciplina, ausentes deste documento, uma vez que foram produzidos apenas resultados gerais.

Como resultados gerais do estudo, podemos indicar que a avaliação das disciplinas quanto às atitudes pedagógicas e aos aspectos metodológicos tenha se mostrado positiva (na faixa de 70 a 75% positiva). Em contrapartida, no que diz respeito ao desenvolvimento de aulas dinâmicas e à articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, os índices de avaliação positiva foram os menores registrados dentre todas as questões levantadas (56 e 55%, respectivamente).

Os resultados obtidos, segundo o documento analisado, permitiriam aos docentes e gestores acadêmicos buscar, de modo mais direcionado, o aperfeiçoamento dos procedimentos didático-pedagógicos implementados. Temos que ressaltar que esta é uma iniciativa interessante, por trazer os estudantes ao centro do processo avaliativo, dando-lhes voz. Contudo, como trata-se de iniciativa recente, ainda não temos dados suficientes sobre o seu impacto na UFF.

Em 2002, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFF passa a configurar-se como o documento de referência institucional para a sua ação educativa e para o seu processo avaliativo. Após 40 anos de existência, considera-se imprescindível que a UFF possua esta referência capaz de consolidar sua identidade institucional, segundo as palavras do Reitor Cícero Fialho.

O PPI da UFF baseia-se no pressuposto de que um projeto educativo é parte indissociável dos projetos sociais e culturais que o conformam, assumindo como estratégico substituir o paradigma da disciplinaridade pelo da inter e/ou transdisciplinaridade, considerando todo conhecimento como igualmente importante. Também aponta a necessidade da adoção de um padrão para a educação superior centrado no estudante. Padrão este assentado nos quatro pilares da educação contemporânea: aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer (PPI, 2002).

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, a avaliação da educação construída pela UFF deve tornar-se uma ponte efetiva entre a universidade e a

realidade social. Sua implementação será norteadada pelo PPI e pelos Projetos Pedagógicos dos cursos correspondentes. O processo de avaliação considerará como indissociáveis os aspectos qualitativos e quantitativos, promovendo-se a autoconsciência institucional, esclarecendo-se os limites e alcances dos ideais buscados na construção da formação científica e técnica, sempre comprometidos com o social. Contemplará os princípios básicos da globalidade, de comparabilidade, de legitimidade dos procedimentos, de publicização dos dados e conclusões, sem recorrer a mecanismos de punição, além de se basear em critérios essenciais à avaliação, tais como utilidade, viabilidade, exatidão e ética, assim está posto nas palavras do documento original (PPI, 2002, p. 28). Os impactos do PPI sobre o caso UFF ainda não se fazem sentir, pois trata-se de projeto muito recente nesta instituição.

No ano de 2003, foi apresentada a proposta de redação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFF, ainda em fase de aprovação final. O documento em questão, tal como o PPI, não aborda fundamentalmente o processo de auto-avaliação da UFF, mas configura-se como um plano de ações que diz respeito ao conjunto da atividade universitária, logo, incluindo a avaliação. Segundo o texto apresentado, a UFF entende o PDI como a base do planejamento integrado de suas unidades acadêmicas e seus setores, de modo a cumprir efetivamente suas funções fundamentais, conforme delineado no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Assim, entendemos que o PPI seja o referencial a direcionar a atuação da universidade, enquanto o PDI seria o plano para concretizar tal atuação. Este Plano de Desenvolvimento estaria destinado a criar as condições para que a UFF caminhe no rumo da construção de uma universidade socialmente referenciada e reconhecida no cenário acadêmico nacional e internacional. Com isso, a UFF deve priorizar ações capazes de potencializar o seu desenvolvimento na direção do que pretende, alicerçada tanto nas características da instituição quanto no diagnóstico de suas capacidades, de suas deficiências estruturais e conjunturais, nos valores que a norteiam e naquilo que deseja.

Através da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, a UFF teria como missão promover a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento auto-sustentado do Brasil. Seria esta a referência para a construção deste Plano de Desenvolvimento Institucional e de quaisquer de suas atividades.

A avaliação aparece como algumas ações programadas dentro de determinadas *áreas estratégicas*. Na chamada área de Gestão de Pessoas, com o objetivo de incentivar a integração dos esforços individuais dos servidores aos objetivos institucionais, deveria ser implantado um novo sistema de avaliação funcional integrado à avaliação institucional. Em Planejamento e Gestão, com vistas ao

desenvolvimento auto-sustentado da instituição, medidas avaliativas como a implantação de sistemas de informação sobre o desempenho institucional e de acompanhamento participativo das metas estabelecidas seriam criados, a fim de comprometer a comunidade acadêmica com os resultados e o desempenho global da instituição. Outro sistema de avaliação de desempenho das unidades acadêmicas e administrativas ajudaria a otimizar os recursos orçamentários. Ainda na área estratégica de Planejamento e Gestão, outro objetivo é consolidar a UFF como centro qualificado de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, seria imperativo assegurar a excelência das atividades acadêmicas, implicando, entre outras ações, dotar a CPAIUFF de todos os recursos necessários para a coordenação e realização das atividades de avaliação institucional (PDI, 2203).

Durante o processo de apresentação e discussão do PDI com a comunidade universitária, algumas críticas foram apontadas. Na visão da ADUFF (Associação dos Docentes da UFF), ocorreu uma certa pressa na sua realização, além da preocupação de que o projeto assegure efetivamente o princípio da universidade pública, gratuita e de qualidade, garantindo o preceito constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (www.aduff.org.br, 2004). Para o Diretório Central dos Estudantes (DCE Fernando Santa Cruz), o Plano apresenta um certo avanço, no que diz respeito à concepção de universidade, mas há pontos inquietantes, como a ampliação da oferta de ensino à distância, a política de fechamento de cursos isolados de interior, sem vinculação com os Pólos Universitários de Campos, Volta Redonda e Rio das Ostras, além da omissão do PDI quanto ao compromisso da universidade com a gratuidade de seus serviços e com relação às antigas reivindicações do movimento estudantil, como eleições paritárias, moradia estudantil e orçamento participativo (Jornal do DCE, outubro de 2003, p.3).

IV- Considerações finais

Uma das questões centrais da nossa pesquisa é analisar a política concretizada pela UFF diante dos processos avaliativos implementados pelo MEC nas últimas décadas. Esta universidade reproduz a lógica instrumental que considera a educação superior como produto a ser vendido no mercado, reduzindo a avaliação à mera verificação de resultados e servindo apenas como forma de controle e fiscalização, como recomendam os organismos internacionais, tais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC? A UFF tem proposto alternativas próprias de avaliação institucional? Tem resistido às imposições do Ministério da Educação?

As respostas que encontramos não têm a pretensão de se mostrarem definitivas, tampouco poderiam, posto que o processo de que falamos está em curso, logo não está concluído e é dinâmico. Apenas pretendemos apontar algumas direções.

Em todos os documentos pesquisados, aparece o compromisso desta Universidade com uma avaliação que privilegie o seu sentido educativo, baseando-se no propósito de conhecer melhor as próprias deficiências e virtudes, identificando assim o que deve ser modificado e aperfeiçoado, em busca da construção de uma instituição comprometida com a formação humana e técnica de qualidade, e com suas responsabilidades sociais.

Neste sentido, houve uma boa receptividade da UFF ao PAIUB, à época de sua criação, graças à natureza de sua elaboração, que contou com a participação da comunidade universitária, além de seus princípios e pressupostos estarem mais próximos da concepção de educação e de avaliação das entidades educacionais.

Em certa medida, podemos dizer que a UFF tem procurado suas alternativas. A criação da CPAIUFF para coordenar o processo de avaliação institucional internamente demonstra esta intenção. Como um dos destaques de suas realizações, elegemos a iniciativa da avaliação discente sobre o desempenho docente, empreendimento importante da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF, além da realização de outros trabalhos anteriormente mencionados. No entanto, é preciso reconhecer que ainda há muito caminho a percorrer.

Quanto aos procedimentos externos de avaliação impostos pelo MEC - Exame Nacional de Cursos e Avaliação das Condições de Oferta - o que se pode constatar é que os cursos da UFF são integrantes do processo. Não identificamos uma posição institucional de rejeição explícita perante tais políticas. Se existe o questionamento quanto ao caráter de tais procedimentos, e certamente há, no interior de alguns cursos, entre alunos e professores, não temos uma atitude de resistência da instituição como um todo contra os instrumentos e a política de avaliação externa imposta pelo MEC. Tanto as instâncias superiores, tais como Reitoria e Pró-Reitorias, quanto as demais instâncias, tais como Centros, Faculdades, Escolas, Institutos, Departamentos e Coordenações de Cursos, acabam por reforçar e reproduzir as políticas de avaliação externa, no nível da avaliação dos cursos de graduação e do corpo docente, via atribuição de pontos para a GED (Gratificação de Estímulo à Docência). Assim, fundamentalmente, as resistências têm ficado a cargo dos estudantes de alguns cursos, tais como Jornalismo, História, Pedagogia (Niterói), Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, que têm boicotado em massa o Provão, zerando as suas provas.

O movimento estudantil da UFF tem crescido e se consolidado nos últimos anos, conseguindo levar adiante a defesa de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, reconhecendo seu compromisso com a sociedade. Entre as reivindicações dos estudantes, encontram-se questões centrais para que a qualidade de fato se realize, estando incluída aí a luta por uma avaliação democrática, que conduza ao aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão na instituição. O saldo desta movimentação tem sido a consolidação da UFF como

um pólo de resistência estudantil, demonstrando, em parte, que a graduação aqui ministrada caminha na direção da formação crítica e autônoma de seus formandos, que se reconhecem como sujeitos ativos da história. Estudantes que não se limitam a repetir discurso, mas concretizam em suas ações a luta pelo que realmente acreditam. Estudantes que não deixam o fio da resistência se partir.

Entendemos que a Educação é um bem público, de interesse social, direito do cidadão e dever do Estado. O seu significado público exige eticamente o questionamento radical a respeito do cumprimento da responsabilidade social. Deste modo, as instituições de educação superior devem configurar-se cada vez mais como espaços públicos de construção e disseminação do saber. É assim, tornando-se um espaço público do conhecimento, da crítica, da criação e do debate que a educação superior exerce seu dever e sua potencialidade de criar e de ampliar os outros espaços públicos, que juntos constituem uma sociedade democrática.

Para isto se coloca a avaliação, para pôr em questão o conjunto de práticas de uma instituição, construir sentidos, compreender o educativo como fenômeno complexo de construção do conhecimento e de formação humana comprometida com o bem comum. Não estando firmada nestes valores, cabe à avaliação ser meramente competitiva, quantitativa, estatística, controladora, posto que seus fins serão outros.

Enfim, o que está em questão ultrapassa a avaliação enquanto instrumento. Estamos nos referindo, na verdade, a concepções distintas de educação. Uma educação orientada para e pelo mercado, identificada com o sistema capitalista, que se utiliza da avaliação medida por números e conceitos abstratos, geradora da competição e hierarquização entre as instituições. A outra, vislumbrando a educação enquanto fenômeno político e social, voltada à formação plena dos cidadãos, sendo a avaliação da educação superior vista muito mais como uma expressão política e filosófica do que como um instrumento técnico e burocrático.

Nós pretendemos deixar claro, ao longo deste texto, com qual concepção compactuamos.

V- Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFF. **PDI: projeto do MEC promove profundas mudanças estruturais na universidade.** Disponível em: <<http://www.aduff.org.br>>. Acesso em: 08 jan. 2004.

BRASIL, MEC. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: Bases Para Uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior.** Comissão Especial de Avaliação, set. 2003.

BRASIL, MEC/INEP. **Cursos de graduação crescem mais de 100% em cinco anos.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news03_03_imp.htm>. Acesso em: 17/10/2003.

BRASIL, MEC/INEP. Participação do setor privado na educação superior no Brasil é uma das maiores do mundo. **Informativo INEP**, Brasília, ano 1, n. 20, 23 dez. 2003. Mensagem recebida por:< informativo@inep.gov.br > em 23 dez. 2003.

BRASIL, MEC/INEP. **ENC – Exame Nacional de Cursos.** Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: nov. 2003.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, out. 2003.

CURSOS pagos dominam ensino superior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 out. 2003. País, p. A5.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação da Educação Superior e Valores Democráticos.** Conferência proferida na 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, out. 2003.

LIMA, Kátia Regina de Souza . **Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo.** Texto publicado e apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, GT Política da Educação Superior. Poços de Caldas, out. 2003.

NÚMERO de cursos universitários cresce 350%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 dez. 2003. O País, p. 25.

PALHARINI, Francisco de Assis. **Anteprojeto de Avaliação Institucional da UFF.** Documento submetido à discussão na Comunidade Universitária e no Conselho Universitário. Niterói, UFF, 1999.

PALHARINI, Francisco de Assis *et al.* Percursos da Avaliação Institucional na Universidade Federal Fluminense. **Movimento**: Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói, EdUFF, n.7, pp. 93-112, maio de 2003.

PARAGUASSÚ, Lisandra. MEC: 88% das universidades são particulares. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 out. 2003. O País, p. 10.

PAULA, Maria de Fátima. **A Modernização da Universidade e a Transformação da Intelligentia Universitária**. Florianópolis, Insular, 2002.

_____. A Perda da Identidade e da Autonomia da Universidade Brasileira no Contexto do Neoliberalismo. **Avaliação**, Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, v. 8, n. 4, pp. 53- 67, dez. 2003.

TRINDADE, Héliogio. **Avaliação Institucional como uma Questão Política Central para as Universidades Contemporâneas**. Reprodução do texto da conferência do professor, na reunião regional do CRESALC/UNESCO, em Havana, 1996.

_____. **A Avaliação Institucional das Universidades Federais: resistência e construção**, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão de Avaliação Institucional da UFF. **Projeto de Avaliação da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, PAIUFF, maio de 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF. **PAIUFF 2000 – Trajetória da Qualidade**. Niterói, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Pedagógico Institucional da UFF**. Niterói, jun. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Resultados da Avaliação de Disciplinas na UFF em 2001: Relatório Geral de Cursos**. Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Niterói, jul. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Proposta para (Re) Construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação**. UFF/ Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Niterói, out. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Proposta de Redação para Apreciação dos Egrégios CUV e CEP. Niterói, dez. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS, Sub-Coordenadoria de Apoio à Avaliação. **Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/cond_oferta.htm>. Acesso em : 08 dez. 2003.